

# As casas da Picanceira



Nuno Teotónio Pereira<sup>1</sup>

**N**a segunda metade da década de 50 o então Sindicato dos Arquitectos, sob o impulso de Francisco Keil Amaral, organizou um inquérito cobrindo todo o país com o objectivo de se fazer um levantamento dos elementos mais significativos da arquitectura popular. Para o efeito constituíram-se seis equipas que calcorream o território do continente de norte a sul, registando por meio da fotografia e do desenho o que lhes pareceu mais peculiar, sobretudo no domínio da arquitectura rural. Uma síntese do trabalho então efectuado foi depois publicada em livro com o título “Arquitectura Popular em Portugal”, do qual a última edição tem a chancela da Associação dos Arquitectos Portugueses. Tive o privilégio de integrar a equipa que fez o levantamento da região da Estremadura e Ribatejo, na companhia dos arquitectos António Pinto de Freitas e Francisco da Silva Dias. Ao percorrer estradas muitas vezes de simples macadame e caminhos rurais, de carro ou de scooter, maravilhámo-nos com o que íamos descobrindo na organização dos povoados, nos assentamentos e equipamentos da lavoura e nas humildes casas de habitação, em que os aspectos de sábia funcionalidade

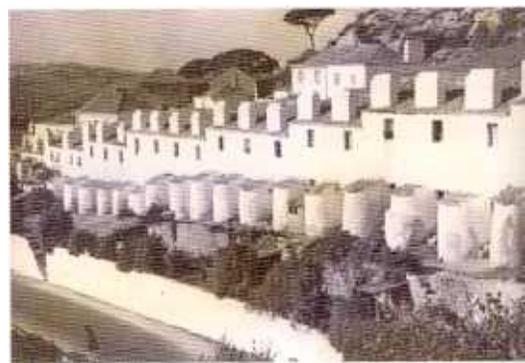
combinavam harmoniosamente com as tecnologias de construção baseadas nos materiais locais e com um sentido estético que não desdenhava receber influências da arquitectura erudita. Era todo um mundo em sintonia, alicerçado numa cultura local sedimentada ao longo de gerações e que começou a desmoronar-se logo após o inquérito com a generalização do automóvel e das máquinas agrícolas, com a industrialização difusa e o desenvolvimento dos serviços, com a uniformização dos gostos e das mentalidades através da TV e com a emigração massiva para a Europa. Pudemos assim documentar, ainda na sua integridade e coerência, aquilo a que costume chamar o Portugal desaparecido e que vem dando lugar à expansão anárquica das periferias urbanas e à proliferação de construções anódinas cobrindo indiscriminadamente todo o território.

Uma das descobertas que mais emocionou o grupo de que fazia parte foi uma correnteza de pequenas habitações rurais no sítio da Picanceira, ao quilometro 47 da EN 47, entre Mafra, sede do concelho, e Torres Vedras, na freguesia de Santo Isidoro. As casas, sobranceiras à estrada e dispostas em degraus para acompanhar o declive do terreno, compõem-se de dois pisos com quatro pequenos compartimentos no total, dispondo cada uma delas de um forno de pão, saliente, como era usual na região saloia. Do lado de baixo, um renque de pequenos quintalórios individuais, com acesso por uma serventia comum estabelece a ligação com a estrada. Do lado de cima, dando para uma ruela que corre ao longo das humildes fachadas de um só piso, abrem-se as portas de entrada para cada fogo. O nome dessa artéria – e aqui reside uma das singularidades da construção – é rua dos Ilhéus.

A designação deve-se ao facto dessas casas terem sido construídas para albergar vinte e tal famílias de colonos açoreanos contratados nos

finais do século XIX pelos proprietários da vizinha Quinta da Picanceira para trabalharem na fértil várzea que se estende ao redor. Trata-se assim de um património valioso, não só pela invulgar tipologia, pela sábia adaptação ao terreno e pela pureza da linguagem vernácula, como ainda como testemunho de um movimento migratório organizado ocorrido no espaço nacional.

Mas a situação actual do conjunto é preocupante: a maioria das casas está desocupada, havendo algumas já com sinais de ruína. Numa das poucas ainda habitadas em permanência ainda é possível falar com os moradores acerca dos antepassados que vieram da ilha de S. Miguel para aquele lugar há perto de um século. É um cidadão sueco sensível ao valor daquele património,



adquiriu recentemente algumas das casas e restaurou-as com critério, vendendo-as depois para segunda habitação a cidadãos. No entanto, a importância do que está em causa não é compatível com uma mera acção ocasional ao nível do imobiliário. É urgente que a Câmara Municipal de Mafra classifique o conjunto, declarando-o sob sua protecção, e leve a efeito a aquisição e o restauro das casas abandonadas, colocando-as depois no mercado, mas acompanhando de perto todo o processo e velando pela sua integridade arquitectónica. Só assim se poderá salvar da ruína este singular conjunto patrimonial. Uma das habitações poderá ser transformada em casa-museu, reunindo documentação e objectos da época, permitindo assim preservar a memória desta aventura dos “ilhéus” de S. Miguel em terras do Continente, quando a fome grassava na ilha. ■

<sup>1</sup>Nuno Teotónio Pereira, Arquitecto pela Escola de Belas Artes de Lisboa, é autor de numerosos artigos e ensaios sobre Arquitectura, Habitação, Urbanismo, Património e Território. É também autor ou co-autor de diversos projectos de arquitectura.